



Revista Direito e Práxis

ISSN: 2179-8966

Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do
Estado do Rio de Janeiro

Silva, Edson; Barros, Isabela Paes de
Povo Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos
Revista Direito e Práxis, vol. 13, núm. 1, 2022, Janeiro-Março, pp. 395-423
Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/65122>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350970646015>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFRJ
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto



Povo Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos

Indigenous People: Xukuru do Ororubá a history of mobilizations for assuring rights

Edson Silva¹

¹ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: edson.edsilva14@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>.

Isabela Paes de Barros²

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. E-mail: isabela.paes@ufpe.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2262-4108>.

Artigo recebido em 31/01/2022 e aceito em 02/02/2022.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License



Resumo

A história do povo indígena Xukuru do Ororubá, habitante nos municípios de Pesqueira e Poção, no Semiárido pernambucano, é marcada por mobilizações pela afirmação, exigências de reconhecimento e garantias de direitos desde o início da colonização portuguesa na região. Nas reflexões apresentadas em diferentes situações e contextos sociohistóricos, após meados do Século XIX quando o antigo Aldeamento de Cimbres foi oficialmente declarado extinto ocorrendo a legitimação das invasões de fazendeiros e da agroindústria no Século XX, buscou-se evidenciar as narrativas e registros das continuas reivindicações dos indígenas, o que possibilita compreender os significados dessas mobilizações e a importância para a afirmação da identidade indígena e o reconhecimento do território onde habitam.

Palavras-chave: História Indígena, Identidade Indígena, Xukuru do Ororubá.

Abstract

The history of the Xukuru of Ororubá indigenous people, who inhabit the municipalities of Pesqueira and Poção, in the semi-arid region of the state of Pernambuco (Brazilian northeast), is marked by mobilizations for affirmation, demands for recognition and guarantees of rights since the beginning of the Portuguese colonization in the region. This article draws a series of reflections considering different situations and socio-historical contexts, specially after the middle of the 19th century when the former Cimbres Village was officially declared extinct and the invasions by farmers and agro-industry in the 20th century were legitimized. We sought to highlight the narratives and records of the continuous claims made by the indigenous people, which makes it possible to understand the meanings of these mobilizations and their importance for the affirmation of indigenous identity and the recognition of the territory where they live.

Keywords: Indigenous History, Indigenous Identify, Xukuru of Ororubá Indigenous People.



Indígenas: processos históricos vivenciados no Semiárido

O povo indígena Xukuru do Ororubá habita nos municípios de Pesqueira e Poção no estado de Pernambuco, onde as pesquisas arqueológicas evidenciaram há milênios a existência de vários grupos humanos. Tratando-se ainda de uma região de caatingas com poucas chuvas, longas estiagens e secas periódicas, onde a maior parte dos cursos d'água são temporários, os solos rasos e pedregosos limitando os recursos naturais disponíveis. Pesquisas localizaram sítios arqueológicos próximos a fontes de água e os estudos apontaram vestígios da ocupação humana há milênios na região, ressaltando as intrínsecas relações com nascentes, lagoas, riachos e rios intermitentes que possibilitavam a disponibilidade de recursos naturais e assim o pouso para a caça, coleta (PROENÇA, 2008).

Os lugares mais úmidos há milênios são densamente povoados, por concentrarem em meio ao clima seco maiores índices anual de chuvas e o acúmulo de água. Essa região historicamente vem sendo cenário de muitos conflitos entre os nativos, os colonizadores e seus descendentes. Ocorrendo disputas pelos territórios onde estão as fontes que garantem a vida para os humanos, animais e plantas. A sobrevivência humana nessa região, portanto, está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras e correm em direção ao litoral, bem como aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno nos quais uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária. A região montanhosa favoreceu a formação desses brejos constituídos de espaços subsumidos (manchas ou bolsões) diante da aridez acentuada do clima predominante.

A colonização/ocupação portuguesa na região do atual Agreste/Semiárido¹ pernambucano iniciou após meados do Século XVII, quando ocorreu uma grande pressão demográfica na região litorânea impulsionando a colonização para o interior. As terras da região costeira estavam ocupadas com a lavoura da cana-de-açúcar, uma gramínea bastante suculenta apreciada pelos bovinos. Multiplicaram-se os pedidos à

¹O Semiárido brasileiro foi delimitado numa área de 969.589 km desde o Ceará em uma faixa que se estende em Minas Gerais, seguindo o Rio São Francisco e a região seca média do rio Jequitinhonha (BRASIL, 2005). “O termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800mm ao ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses durante o ano. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano”. O Semiárido corresponde a 88,6% do território de Pernambuco (TEIXEIRA, 2016, p.769).



Coroa Portuguesa de terras no “sertão”: senhores de engenho alegavam possuir gados sem terras onde pudessem criá-los (MEDEIROS, 1993, p.23-26). Foram concedidas sesmarias, pelo governo português, legitimando-se o expansionismo colonial, com invasões das terras indígenas.

Para a instalação das fazendas de gado no atual Agreste/Semiárido pernambucano era necessário amansar os índios “hostis”. Em 1661, o Governador Francisco de Brito Freire informava sobre o aldeamento de muitos “tapuias”, até aquele momento considerados “indomáveis”, tendo sido constituídas duas novas povoações, com igrejas, sob a responsabilidade do Pe. João Duarte do Sacramento, fundador da Congregação do Oratório no Brasil (MEDEIROS, 1993, p.35). Dez anos mais tarde, por volta de 1671, o Pe. Sacramento fundava, no “Ararobá” (Serra do Ararobá), uma aldeia de índios Xukuru (MEDEIROS, 1993, p.51-53).

Os missionários Oratorianos dedicavam-se ao comércio de gado, tornando produtivas as terras sob o domínio da Congregação, permitindo com isso a compra de mais terras, até então ocupadas por sesmeiros, nas localidades próximas a missão (MEDEIROS, 1993, p.63-64). O local era considerado como “a chave de todo aquele sertão”; esta foi a razão de ter sido mantida, por muito tempo, a Missão do Ararobá, como ponto de apoio para a expansão das invasões e ocupações portuguesas no atual Semiárido pernambucano até o cearense.

No Semiárido as áreas com matas serranas, como a Serra do Ororubá, são localidades dos chamados brejos de altitude, lugares úmidos com cobertura vegetal volumosa. Nos brejos nascem riachos e rios que mesmo intermitentes irrigam os sopés das serras e nos períodos de fortes chuvas correm em direção ao Litoral como o Rio Ipojuca ou o Rio Ipanema que deságua no rio São Francisco. São áreas também agricultáveis, com as lavouras para o consumo plantada pelos indígenas e os excedentes de frutas e verduras que abastecem as feiras de cidades como Arcoverde e Pesqueira.

Na atual região de Cimbres, onde foi instalada a Missão do Ararobá, a área montanhosa favoreceu a formação de brejos que se constituem em espaços subúmidos, como manchas ou bolsões diante da aridez acentuada do clima predominante. Estudos apontaram que uma derivação da Serra da Borborema que se estende pela região do Semiárido, desde o Ceará até Pernambuco, se inicia exatamente no município de Pesqueira, espalhando-se por regiões vizinhas. Nas cercanias do vale do intermitente rio Ipojuca que corta o território dos indígenas Xukuru do Ororubá, estão localizados os



brejos de São José e Ororubá, ambos situados na Serra do Ororubá, entre os municípios de Pesqueira e Poção (SOBRINHO, 2005, p.163-164).

Figura 1



Localização do Território Xukuru do Ororubá no Semiárido pernambucano

Fonte: jornal *Folha de São Paulo*, São Paulo, 07/04/1996, p.11.

O território indígena Xukuru do Ororubá está localizados entre os municípios de Pesqueira e Poção/PE (Figura 1) com 27.555 hectares demarcados pelo Governo Federal em 2001, após muitas perseguições, violências e assassinatos de lideranças, a exemplo do Cacique “Xicão” Xukuru, morto a mando dos fazendeiros invasores nas terras reivindicada pelos indígenas. A população foi contabilizada em 12.139 indígenas (LEAL e ANDRADE, 2012, p.8). Sendo ainda estimado que cerca de 200 famílias residem na área urbana de Pesqueira em diversos bairros, embora a maioria concentrada no Bairro “Xucurus” (ALMEIDA, 2002, p.52), vizinho ao território demarcado.

Os Xukuru do Ororubá habitam atualmente em 24 aldeias localizadas no território indígena que dividem em três regiões geográficas (Figura 2): a Serra, o Agreste e a Ribeira. A Serra é o local mais abundante de água e compreende o brejo de altitude propriamente dito. O Agreste é a região mais seca em torno da atual Aldeia Vila de Cimbres. E a Ribeira trata-se da região cortada pelo intermitente Rio Ipojuca, o onde também situa-se a Barragem Pão-de-Açúcar com águas salobras construída pelo Governo Estadual entre 1987/1988. As águas dessa Barragem em épocas de longas estiagens abasteceram Pesqueira e a vizinha cidade de Belo Jardim. Os índios praticam a agricultura para o consumo plantando em sua maioria milho e feijão. E na região da



Serra cultivam verduras orgânicas vendidas semanalmente nas feiras nas cidades de Pesqueira e também Arcoverde.

Figura 2



Regiões em que foi dividido pelos Xukuru do Ororubá o Território indígena
(SILVA, 2008, p. 117)

A fertilidade das terras na Serra do Ororubá foi sempre ressaltada. No “Diccionario Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco”, elaborado na última década do Século XIX e publicado em 1908, foi destacada a produção agrícola de Cimbres, com milho, feijão, mandioca, algodão, fumo, cana-de-açúcar e batatas. Além de frutas, como ananases, laranjas, cajus, goiabas, bananas e pinha. O autor frisou, porém, que essa produção advinha da Serra, pois: “Geralmente fraca no município, a agricultura, é futura na Serra do Ororubá pela uberdade de que oferece” (GALVÃO, 1908, p. 181).

Em outro trecho, o autor afirmou que, além da abundância da criação de gado, cavalos, ovelhas e cabras, existiam animais silvestres na região, como veados, caititus, onças de diversas espécies, raposas, gatos maracajás, tatus, tamanduás, coelhos, mocós, preás, guarás, furões, maritacas, tejus, juntamente com “aves de diversas espécies e portes”. Afora o cedro, foram citadas outras árvores nativas e os usos medicinais.

As referências sobre as plantas medicinais evidenciam a utilização tradicional pelos indígenas. O autor também destacou a considerável produção agrícola de Cimbres, onde se colhiam cereais para abastecer as feiras da região. Plantava-se a cana-de-açúcar e existiam algumas engenhocas para produção de rapadura e também aguardente. Enfatizando a fertilidade das terras do antigo aldeamento, quando escreveu: “O terreno é muito produtivo, principalmente na Serra de Ororubá”. Citando ainda artigos produzidos pelos índios: “A indústria local é a criação, a fabricação de redes e sacos de algodão, de esteiras, chapéus de palha e vassouras, de cachimbos de barro, feitos pelos índios habitantes da Serra de Ororubá” (GALVÃO, 1908, p. 182).

No Semiárido pernambucano, os brejos são pequenas faixas isoladas de transição entre a Zona da Mata úmida canavieira e a região seca. Os brejos com matas de serras e cursos d’água, favorecem a policultura tradicional, como a lavoura do feijão, mandioca, café, cana-de-açúcar, a horticultura e a fruticultura, com cultivo de banana, pinha, goiaba, caju, laranja, dentre outras (MELO, 1980, p.176). Assim, durante muito tempo, a produção de frutas e hortaliças dos brejos abasteceu não somente as feiras das cidades próximas, como também as situadas em bairros do Recife.

A índia Xukuru do Ororubá, Maria Alves Feitosa de Araújo, conhecida por Dona Lica, moradora na Aldeia Cana Brava descreveu a fartura na Serra do Ororubá:

Quando eu tinha oito anos eu ouvia minha mãe falar, que há 50 anos atrás era um tempo bom. Não era um tempo difícil. Tinha muita mangueira, muita bananeira, tinha muita caça, tinha muita água, tinha muitas matas. Não tinha essa história de capim. Não tinha essa história de fazendeiro. Que os índios no tempo dos meus bisavôs, dos meus avós, não tinha fazendeiro dentro da área de jeito nenhum. Aqueles índios, a comida era rolinha, calango, o café era guandu. A comida era fava, xerém²

No verbete “Cimbres”, encontrado no “Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco”, publicado em 1863, além de ter reconhecido a existência de índios na Serra do Ororubá, o autor ressaltou a riqueza natural do lugar, quando escreveu:

Esta vila é propriamente uma aldeia, habitada por indígenas, que muito se gloriam de ser descendentes dos Xucurus e Paratiós, porém muito preguiçosos. Não obstante a pobreza da aldeia, o termo é um dos mais ricos e de maior importância no Sertão pela riqueza natural e produtiva, pelos edifícios que ultimamente se tem edificado e pela instrução a que se tem chegado. (HONORATO, 1976, p.38)

²Maria Alves Feitosa de Araújo, “Dona Lica”, 52 anos. Aldeia Cana Brava. Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE, em 15/12/2005.



Em outro trecho, depois de enfatizar a importância da agricultura, apesar de insistir no trabalho agrícola indígena como menor importância, o autor se referiu ao modo de vida indígena: “Os índios vivem da caça e cultivam muito pouco; as mulheres fazem lança, fiam algodão, fazem panos para se vestir, e lamentam-se excessivamente quando os maridos não são bem sucedidos nas caçadas” (HONORATO, 1976, p.38). Apesar das invasões de fazendeiros, existiam matas na região, possibilitando aos índios o acesso aos recursos naturais.

O Século XIX e as invasões no Aldeamento de Cimbres

Como determinou a legislação portuguesa, com o Diretório do Marquês de Pombal de 1757, o antigo Aldeamento do Ararobá foi elevado em 1762 à categoria de Vila com o nome de Cimbres. A transformação das missões/aldeamentos em vilas por determinação foi justificada como um projeto para a civilização dos índios e a incorporação à cultura colonial portuguesa por meio, dentre outras medidas, que os lugares seriam nomeados com denominações de povoações portuguesas. Cimbres é um povoado no Distrito de Viseu, Norte de Portugal.

As vilas tinham uma administração civil em substituição aos missionários. Sendo proibidos aos índios falar a língua nativa, a nomeação apenas com nomes e sobrenomes portugueses. E com o estímulo oficial para os casamentos mistos, o incentivo para moradia nas novas vilas de colonos vindos de Portugal, favorecendo a mestiçagem e as invasões das terras indígenas. Nas terras das antigas missões transformadas em vilas de índios, onde como determinava o Diretório Pombalino se instalara arrendatários, ocupantes dos territórios tradicionais indígenas. A Carta Régia de 1798 aboliu o Diretório de Pombal, reconhecendo outra vez os aldeamentos indígenas, mas possibilitando nas terras o livre estabelecimento de não índios. Aos indígenas restavam pequenas glebas de terras e o trabalho como mão-de-obra para os fazendeiros.

As vilas de índios passaram a ser oficialmente vilas sem índios, os moradores considerados pelos não indígenas mestiçados, foram chamados de caboclos. Amparados pela legislação, por regras que estabeleceram e com a omissão, conivência ou apoio das autoridades, os fazendeiros invasores se apossaram de grandes extensões de terras



indígenas. E pouco a pouco por meio da ocupação de cargos públicos, impuseram o controle político hegemônico em Cimbres e adjacências, situação que se concretizou ao longo do século XIX.

A Constituição de 1822 não tratou dos índios e até 1845 as províncias legislaram sobre a temática indígena, favorecendo arrendamentos e esbulhos de terras indígenas. Em 1845 o Governo Imperial por meio do “Regulamento das missões de catequese e civilização indígenas”. Estava revogada a legislação pombalina e reconhecidos as povoações indígenas existentes. Mas, foi instituída em cada província uma Diretoria Geral dos Índios, geralmente ocupada por um político fazendeiro, para administração das aldeias. Em Pernambuco ocuparam o cargo de Diretor Geral dos Índios senhores de engenho e latifundiários vinculados ao Partido Conservador (SILVA, 1995).

Em 1850 o Governo Imperial promulgou a Lei de Terras determinando o registro de propriedades em cartório. Após a Lei de Terras os fazendeiros e as autoridades provinciais solicitaram sistematicamente ao Governo Imperial a extinção do aldeamento de Cimbres. Os limites das terras do aldeamento foram objeto de uma longa discussão quando em 1862 a Câmara de Cimbres e a Diretoria Geral dos Índios chegaram a um acordo. Todavia, o conflito permaneceu, e aumentaram as pressões sobre o aldeamento de Cimbres. Um “Aviso” de 1863, enviado pelo Ministério da Agricultura, autorizou à Presidência da Província de Pernambuco o aforamento das terras indígenas.³

A Câmara de Pesqueira em ofícios endereçados as autoridades provinciais, alegando que não existiam mais índios Xukuru e sim caboclos e da necessidade de expansão do Município, requeria continuamente as terras indígenas como patrimônio. Atendendo as solicitações, em 1879 o Governo Imperial decretou oficialmente a extinção do Aldeamento de Cimbres. Com a extinção do antigo foram favorecidos os arrendatários, muitos deles vereadores e fazendeiros invasores das terras Xukuru, membros da oligarquia, local com consideráveis relações e influências na política provincial e nacional (SILVA, 2007, p. 90).

Os índios Xukuru do Ororubá nas memória orais relatam que com as invasões sistemáticas de suas terras e a decretação da extinção do aldeamento de Cimbres, umas poucas famílias migraram para terras de outros aldeamentos, também posteriormente declarados oficialmente extintos. Dezenas de famílias indígenas engrossaram o grande

³Aviso do Ministério da Agricultura, em 05/10/1863, ao Presidente da Província. Arquivo Público Estadual de Pernambuco/APE, Códice MA-3, folha 120



contingente de mão-de-obra que se dispersou por regiões vizinhas. Ora trabalhando nas fazendas em suas próprias terras invadidas, como moradores ou agregados, ora vagando pelas estradas, sem-terras e sem-teto, ocuparam as periferias dos centros urbanos próximos, em cidades como Garanhuns, Pesqueira, Lagoa dos Gatos, Correntes.

Como a Serra do Ororubá está localizada na fronteira pernambucana com o Sertão paraibano, muitos indígenas também migraram para o Sertão daquele estado, onde foram trabalhar nas lavouras de algodão. Outras famílias indígenas fugindo de perseguições, da fome e da seca, foram trabalhar na cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, se estabelecendo nas cidades próximas a lavoura canavieira (SILVA, 2017).

Um estudo baseado em entrevistas (SILVA, 2009) evidenciou as origens indígenas de vários indivíduos, a maioria moradores no Município de São Benedito do Sul. Seus antepassados vieram de antigos aldeamentos nas regiões próximas e também do Agreste/Semiárido pernambucano. Severina Raimundo da Conceição, com 70 anos, relatou que os pais eram de Pesqueira. Nascida em Agrestina/PE, com oito anos de idade migrou com os pais para São Benedito do Sul. Trabalhavam durante a colheita da cana-de-açúcar e na entressafra voltavam para Agrestina ou Pesqueira. A entrevistada afirmou: “Todo mundo da minha casa trabalhou suado para a Usina Água Branca e a Usina Frei Caneca. Demos duro até pelo fato de morar ‘debaixo da asa’ do usineiro, nunca tivemos casa. Aqui fomos escravos e humilhados”. Um filho e sobrinhos continuavam trabalhando na lavoura canavieira na região. E parentes no mangue em João Pessoa/PB pegando caranguejo.

Outro momento significativo para a história Xukuru do Ororubá foi a participação na Guerra do Paraguai (1865-1870). Na documentação da Diretoria dos Índios em Pernambuco encontramos diversos ofícios que se referem ao processo de recrutamento de índios para aquele conflito no Cone Sul. Nos registros são evidentes a truculência empregada pelos diretores das aldeias no alistamento forçados dos índios como Voluntários da Pátria. As justificativas foram sempre a manutenções da ordem e da paz nas aldeias.

Um ofício datado de 1865 foi acompanhado por uma relação com os nomes de 82 índios “Voluntários da Pátria” da Aldeia de Cimbres. Informando ainda o documento



que os alistados estavam deixando os soldos em consignação para as famílias⁴. Mas, o recrutamento que aparece como uma ação tranqüila é desmascarado na leitura de um ofício do ano seguinte, enviado ao Presidente da Província pelo do Diretor Geral dos Índios, com a queixa de um índio de uma numerosa família, pedindo dispensa de dois filhos que “forão forçados a se alistar como Voluntários da Pátria”.⁵ Com o prolongamento da Guerra do Paraguai e a escassez de tropas, o Governo Imperial foi progressivamente promulgando leis para o recrutamento compulsório, enviando mais combatentes para as batalhas.

Os Xukuru do Ororubá nas memórias orais relatam sobre a participação dos antepassados na Guerra do Paraguai. Citam “Maria Coragem”, uma índia que se destacou nos campos de batalha, como narrou o Pajé: “[...] foi Coragem, uma mulher chamada Coragem, porque o nome dela não era coragem, chamaram depois que ela foi para a Guerra, pela coragem dela”.⁶ Nas narrativas dos indígenas são também citados enfaticamente “os 30 do Ororubá”, combatentes que se destacaram em uma das batalhas:

Eu ouvi falar assim, é uma história nossa que nós temos dizendo que os Xukuru foram para a Guerra do Paraguai brigarem. Foram 30, morreram 12, voltaram 18. Então eu ouvi falar, então foi os índios do Brejinho, não lembro nem aonde mora, nem o nome deles. Eles são da família dos Nascimento, lá na Aldeia Brejinho. E foi mais uns outros de outras aldeias Xukuru, e foi uma índia chamada Maria Coragem também.⁷

Os indígenas relataram também que os antepassados voltaram com condecorações da Guerra do Paraguai: “[...] o Irmão da Hora trouxe um terno, de reis. Digo porque o terno eu vi, de coroa, galão e tudo. Porque ganhou esse prêmio Irmão da Hora, Antonio Molecão e Antonio Tavarinho”.⁸ Em seus relatos, os Xukuru falam ainda de quepes, medalhas, espadas, “diplomas da Guerra”, roupas e outros adereços militares, além dos “títulos de terra”, trazidos por seus antepassados que retornaram da Guerra.

Autores destacam o “heroísmo” do cabo Zeferino da Rocha, morador do “Sítio Goiabeira no alto da Serra [do Ororubá]”, veterano da Guerra do Paraguai, membro do

⁴Quadro com relação dos índios do Urubá/Voluntários da Pátria, em 02/04/1865. APE, Cód. DII-19, fl. 83.

⁵Ofício do Diretor Geral dos Índios, em 21/01/1866. APE, Cód. DII-19, fl. 96.

⁶Pedro Rodrigues Bispo, 72 anos, conhecido por “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru do Ororubá. Pesqueira, em 29/03/2002.

⁷João Jorge de Melo, 65 anos. Aldeia Sucupira. Terra indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira, em 30/03/2002.

⁸Malaquias Figueira Ramos, 62 anos. Aldeia Caípe. Terra indígena Xukuru do Ororubá, em 12/11/1996.



“Trinta de Voluntários”, composto de índios xukurus, “todos condecorados depois com medalhas de Guerra e Bravura” (BARBALHO, 1977, p. 71; WILSON, 1980, p. 42).

Depois da Guerra o Governo Imperial, como recompensa, além de honrarias militares, destinou lotes de terras aos ex-combatentes. Os Xukuru do Ororubá enfatizam as recompensas que os antepassados receberam por participarem na Guerra diante do cenário no último quartel do século XIX quando enfrentavam conflitos com tradicionais latifundiários muitos deles fazendeiros vereadores encastelados na Câmaras Municipal, que solicitavam insistentemente aos governos provinciais e ao Governo Imperial de Cimbres, e eram invasores nas terras do antigo aldeamento.

Para os indígenas a participação dos antepassados na Guerra do Paraguai foi decisiva para vitória do Brasil. E por essa razão foram recompensados com o reconhecimento da propriedade das terras:

Chamavam o número Trinta dos Voluntários. Chama os Trinta dos Voluntários porque foram pro Paraguai, lutaram na guerra lá, venceram... mas quando veio de volta, passaram no Rio de Janeiro. O rei e a rainha não tinham com que agradecer a eles e disse: “Vocês faça sua divisão de terra, é patrimônio que eu vou assinar pra vocês”.⁹

E como também relatou de forma mais explícita o Vice Cacique Xukuru do Ororubá:

Olhe a dádiva que da Guerra foi oferecido, dinheiro e ouro. Só que, para os índios, dinheiro e ouro não eram interessantes, interessante era a terra. Aí eles disseram que ao invés de ouro eles queriam uma coisa que nunca se acabasse, que era a terra que estava na mão de algumas pessoas que não deixavam eles trabalhar. Então, *eles queriam a terra para eles viverem*, os filhos deles viverem e os filhos dos filhos deles. Isso aí *foi o pagamento que eles receberam*, que eles pediram.¹⁰

Ao ser questionado sobre a importância da participação dos seus antepassados na Guerra do Paraguai, o Pajé “Seu” Zequinha, uma das figuras centrais no processo de reconhecimento dos marcos para o trabalho de demarcação do território Xukuru do Ororubá nos anos 1990, afirmou:

Foi importante porque na época aqui existia uns coronéis, uns capitães, uns tenentes. Só bastava, era o pessoal que podia comprava aquelas patentes de tenente, de capitão, e aí massacrando os índios. Depois que eles vieram, melhorou. Trouxeram os títulos, aí eles não puderam... eles tomavam a terra, eles tomavam, “aqui é meu, é meu e pronto, acabou-se”.¹¹

⁹Durval Ferreira Farias, 84 anos. Bairro “Xucurus”, Pesqueira, em 10/05/1997.

¹⁰José Barbosa dos Santos, 55 anos, conhecido por “Zé de Santa”. Aldeia Santana. Terra Indígena Xukuru do Ororubá, em 30/03/2002

¹¹Pedro Rodrigues Bispo, entrevista citada



A partir dos relatos é possível compreender as leituras dos indígenas sobre a participação dos antepassados na Guerra do Paraguai, ao lhes deixarem as terras como herança da vitória no conflito. São afirmações diante da guerra continuada com muitas batalhas por suas terras, pela reivindicação e reconhecimento dos direitos históricos. Apoiados na memória e na história que compartilham sobre o passado, por meio da releitura de acontecimentos enfatizados como importantes, afirmam os direitos enquanto um povo indígena.

Mobilizações Xukuru do Ororubá no Século XX

Após a extinção oficial do aldeamento de Cimbres em fins do século XIX, na Serra do Ororubá muitos xukurus sem-terras passara a morar “de favor” em terras nas mãos dos fazendeiros. Pagavam a moradia com o trabalho na lavoura. Muitos trabalharam nas lavouras que próximo as colheitas, eram invadidas e destruídas pelo gado do fazendeiro. Outra opção para os índios sem-terras era o chamado trabalho arrendado. Em suas memórias orais os Xukuru do Ororubá narram que eram grandes as pressões dos fazendeiros sobre aqueles com pequenos pedaços de terras, para arrendá-las, comprá-las ou tomá-las à força. O que provocou a dispersão de famílias indígenas.

Um exemplo para compreender a situação dos indígenas nesse contexto, foi a trajetória de vida de Gercino Balbino da Silva. Nascido em 1924, na Aldeia Cana Brava, uma das muitas localidades na Serra do Ororubá, conhecido por “Seu” Gercino, faleceu aos 83 anos em junho de 2007. Na época em que nasceu as terras do antigo aldeamento estavam invadidas por fazendeiros criadores de gado e senhores de engenhos, que nas áreas dos brejos plantavam cana para produção de cachaça e rapadura.

Os brejos das serras foram sendo usados como refrigério para o gado dos fazendeiros, em períodos de longas estiagens:

As serras, muito úmidas no inverno, não se prestam à pecuária e são aproveitadas por agricultores que cultivam cereais, plantas do ciclo vegetativo curto. Na estação seca, após a colheita do feijão, do milho e do algodão, o gado é levado para a serra, para o brejo, onde se mantém com este alimento suplementar à espera de que, com as primeiras chuvas, a caatinga reverdeça. São famosas por servirem de refrigério ao gado certas serras, como as de Jacarará, da Moça e de Ororobá, em Pernambuco. (ANDRADE, 1998, p. 157).



Uma grande produção de leite era também contabilizada e exaltada no município de Pesqueira naquela época. Fartura para uns poucos, miséria para muitas famílias Xukuru. Um período difícil rememorado¹² por “Seu” Gercino. Época de muita fome, com muitas crianças mortas por desnutrição como evidenciados nos próprios dados oficiais disponíveis nos arquivos da Prefeitura de Pesqueira. O menino Gercino foi um dos sobreviventes.

A opção para a família de Gercino assim como para muitas outras famílias indígenas, era o chamado trabalho alugado. Sem terras para plantar e viver, os pais de Gercino foram morar em Sítio do Meio, também localizado na Serra do Ororubá, com os avós do menino que trabalhavam “de alugado” para um fazendeiro local. Desde criança Gercino enfrentou uma vida árdua. Aos oito anos, como seus pais e avós, trabalhava no “cabo da enxada”, porém só recebia cinco tostões por dia. Era a metade de uma diária paga a um trabalhador adulto.

Como as demais famílias indígenas na Serra do Ororubá, além do trabalho alugado os familiares de Gercino eram moradores nas terras em mãos dos fazendeiros. Moravam “de favor” e plantavam roça: milho e feijão para a subsistência. Com o compromisso de plantar também o capim para o gado do invasor. Muitas vezes, mal dava tempo para colheita da lavoura plantada para o consumo. Com o milho ainda verde o fazendeiro soltava o gado na plantação destruindo a roça. O gado engordava, enquanto os indígenas viviam a fome.

Acompanhando os parentes índios xukurus o jovem Gercino migrou para “o sul”, como chamavam a Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para trabalharem nos canaviais e nas usinas de cana-de-açúcar. Na esperança de retornar trazendo um pouco de dinheiro para os familiares como os mais idosos, mulheres, crianças e todos que não podiam ir para “o sul”. A falta de terras para trabalhar, provocava a migração em busca de trabalho em locais distantes de onde habitavam.

Os dados sobre óbitos na década de 1940 encontrados nos arquivos da Prefeitura Municipal de Pesqueira evidenciam uma elevada taxa de mortalidade infantil. Foram registradas muitas mortes de crianças com apenas meses, ou ainda nos dois primeiros anos de vida nos “sítios” Cana Brava, São José, Santana, São Braz, Tionante e Lagoa, todos localizados na Serra do Ororubá. Estão registradas também as mortes de

¹²A entrevista com “Seu” Gercino, na época com 80 anos, foi realizada em 11/08/2004, na Aldeia Pedra d’Água. Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE (SILVA, 2008).



pessoas adultas, a maioria com idade avançada, que, assim como as crianças, trazem sobrenomes de conhecidas famílias indígenas habitantes nessas localidades, a exemplo de Bispo, Romão e Nascimento, em Cana Brava; Simplício, em São José.

Jornais registraram o aumento de pedintes na cidade de Pesqueira. E possivelmente muitos eram indígenas. Fome e mendicância para muitos, fartura e alegria para uns poucos. Situação evidenciada no trecho de uma reportagem: “Os campos tomateiros da firma Carlos de Brito S.A. cobrem uma área de quase cinco mil hectares, devendo registrar este ano uma produção ‘record’ de sessenta milhões de quilos do precioso fruto”.¹³ O noticiário prosseguiu exaltando as qualidades do “Comendador” Manoel de Brito, o proprietário da “notável organização Peixe”, que, com um trabalho intensivo, a cada ano ampliava o parque industrial, expressando o dinamismo da família Brito e equipe, comprometidos com o progresso e o engrandecimento daquela “poderosa” empresa.

A inauguração da estação ferroviária de Pesqueira em 1906, além de favorecer o transporte seguro de passageiros até Recife e cidades no trajeto, possibilitou o escoamento de produtos daquela região e o trânsito comercial com a Capital. A indústria de doces iniciada timidamente também no início daquela década, teve um grande impulso inclusive para compras de máquinas que ampliaram o parque fabril e a capacidade produtiva. Mas, com um custo socioambiental considerável impactando os Xukuru do Ororubá e o Ambiente na região.

O desmatamento e o uso indiscriminado dos mananciais de água agravaram a situação em períodos de seca. Na Serra do Ororubá e áreas vizinhas, o gado dividia o espaço com lavouras e plantações de tomate. Os roçados de umas poucas famílias indígenas, os sítios, eram pequenas glebas de terras espremidas entre as áreas de criação das fazendas. As matas úmidas características da Serra foram derrubadas. Restavam insignificantes “retalhos de matas testemunhos”, pois a cobertura vegetal de outrora continuavam a ser substituída por cafezais, goiabeiras, bananeiras e outras frutas (SETTE, 1956).

As matas eram derrubadas também para abastecer de lenha as locomotivas do trem que trafegava de Pesqueira ao Recife, e mais “as fornalhas das fábricas de doces, os fornos de padaria e fogões domésticos” (SETTE, 1956, p.12). Ocorria, portanto, a

¹³Grande safra de tomate. **A voz de Pesqueira**. Pesqueira, 26/07/1953, p.1.



destruição do patrimônio natural para atender às exigências da lógica econômica em vigor com o crescimento da agroindústria e a criação de gado. A partir dessa lógica, a Serra estava sendo toda ocupada. Nas localidades mais úmidas predominava a criação do gado de corte e o destinado à produção de leite. Nos sopés da Serra, mais próximos da cidade, constatava-se a “plantation” do tomate destinado à indústria, “enxotando cada vez mais para longe os roçados de subsistência ou mesmo reduzindo as áreas de criação” (SETTE, 1956, p. 14).

Também a água para as fábricas e para o consumo dos moradores em Pesqueira provinha da Serra. A fábrica Peixe possuía açudes que abasteciam suas unidades fabris. Contudo, era vivenciado o “cruciente problema da água”, agravado principalmente na época das secas, como citou um pesquisador: “A Prefeitura possui dois açudes no alto da Serra que abastecem mal a cidade sob o regime de racionamento, principalmente durante os meses de estiagem e pior ainda por ocasião das secas” (SETTE, 1956, p.94).

As colheitas de frutas, tomates eram destinados a agroindústria de doces, conservas e os plantios capim a alimentar o gado para a produção de laticínios, nas várias fábricas como a Tigre, Paulo de Brito, Peixinho, Recreio, instaladas na área urbana de Pesqueira, sendo a Peixe e a Rosa as maiores. Todavia, os custos sociais do exaltado progresso eram socioambientais questionáveis. Nesse contexto, famílias indígenas na Serra foram forçadas a migrarem para a área urbana de Pesqueira, enxotados pelos fazendeiros, tornara a situação social muito grave na cidade. Não existiam emprego para todos nas fábricas.

Ocorreu o surgimento de aglomerações na periferia, formadas, na maioria, pelas habitações do operariado. Dentre estes, muitos eram índios da Serra do Ororubá, que se concentravam no Bairro “Mandioca”, descrito por um pesquisador:

Acomodando-se a um desvão oferecido pela escarpa inferior da Ororubá, o bairro Mandioca, tendo a sua localização determinada pela proximidade da água e do centro urbano, atravessa com suas ruas mal cuidadas e suas casas de gente muito pobre o vale do Baixa Grande, começa a subir, do outro lado, a contra-encosta e um de seus arruados de casebres, quase trepados uns sobre outros (SETTE, 1956, p. 76-77).



Figura 3



Pesqueira em 1955
biblioteca.ibge.gov.br

Na fotografia acima (figura 3), observamos a “Rua da Mandioca” em 1955, atualmente o Bairro “Xucurus”. Nos relatos orais os Xukuru do Ororubá afirmam que era o caminho usual dos índios para a cidade. E foi onde concentrou-se os indígenas migrantes forçados da Serra do Ororubá que vieram morar na área urbana, alguns trabalhando como operários nas fábricas. A chaminé da fábrica Peixe destaca-se na parte superior da fotografia.

Para o citado pesquisador, eram moradias comparadas às “favelas” das grandes cidades, reunindo a maioria das famílias indígenas na área urbana de Pesqueira. Em conversas informais, moradores locais mais velhos afirmaram que muitas dessas famílias foram expulsas de seus sítios na Serra, por fazendeiros invasores e os plantios da agroindústria. E por essa razão muitas crianças Xukuru do Ororubá nasceram no Bairro “Xucurus”.

Muitos indígenas vindos da Serra do Ororubá eram trabalhadores na fábrica Peixe. Um entrevistado discorreu sobre as condições no trabalho noturno de carga e



descarga dos muitos caminhões com tomate, sem vínculo empregatício, alimentados apenas com café e pão:

Era muita gente que trabalhava na fábrica Peixe, mas era índio, tudo índio daqui da Serra. Era de vinte, trinta, vinte. Era de vinte, de quinze pra lá que ia. Toda viagem que ia pra fábrica Peixe toda noite. Mas eles iam fazer sabe o que? Iam trabalhar a noite. Num era trabalhador fichado não. Iam carregar coisas nas costas, tomate. Descarregar caminhão todo, que era a fábrica Peixe lutava com cento e tanto caminhão, viu! Carregando tomate. Era aquela fila de caminhão como daqui lá na Igreja. Pegava do Prado (bairro) a fábrica Peixe. Pegava lá debaixo da Igreja prá cima um pouco. Da Igreja da Catedral. Ali tudo era cheio de carro, caminhão pra descarregar. Cada um junto assim. Ia trabalhar, chegavam todo melado. Trabalhava a noite. Só que eles davam café, né, davam pão da noite. Mas toda noite que viesse, marcavam tudo nisso.¹⁴

O indígena e ex-operário conhecido por “Mané Preto”, relatou sobre o trabalho noturno carregando caixas de tomates durante o período da colheita. Quando findava a safra, eram dispensados e procuravam trabalho em outros lugares, no “Sul” (Zona da Mata Sul de Pernambuco). Na fábrica não eram respeitados os direitos trabalhistas e pagos diariamente pelo serviço executado:

Eu trabalhava na Fábrica Peixe, que trabalhava à noite. Os operários trabalhavam de dia e nós trabalhava a noite! Aí nós trabalhava à noite. Quando findava eu ia embora para o Sul trabalhar. Trabalhei muito aqui. Nós botava caixa, nós colhia tomate, caixa de tomate despejando nas esteiras. Serviço pesado! Ninguém falava em registro! Todo dia eles pagavam a gente aquele pouquinho.¹⁵

Vários indígenas entrevistados afirmaram que os plantios de tomates, goiabas e bananas se espalhavam por toda a Serra do Ororubá em terras indígenas e adjacências. Nas memórias orais os Xukuru do Ororubá relataram experiências de trânsitos, vivências nas fronteiras entre a vida no campo e a moradia na cidade, sem-terras de agricultores e operários nas fábricas na área urbana de Pesqueira, explorados como mão de obra pela agroindústria.

¹⁴Cícero Pereira de Araújo, “Seu” Cicho Pereira, 81 anos. Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE, em 05/01/2002.

¹⁵Manoel Balbino Silva, “Mané Preto”, 73 anos. Aldeia Cana Brava. Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE, em 17/11/2005



“Isso aqui é nosso! Isso é da gente!” Mobilizações Xukuru do Ororubá por direitos

Os povos no Nordeste ao saber da existência de um órgão federal, o Serviço de Proteção aos Índios/SPI fundado em 1910 para prestar assistência aos índios, iniciaram mobilizações para serem reconhecidos pelo Estado brasileiro. Nas memórias orais os Xukuru do Ororubá relatam sobre essa mobilização contemporânea pelo reconhecimento oficial. Os indígenas narraram, a exemplo do relato abaixo, que após procurarem ajuda financeira do padre de Bom Conselho, três índios foram a pé ao Rio de Janeiro para encontrar-se com o Marechal Rondon, fundador do SPI,

Aí eu disse: - vocês vão lá, chegar em Bom Conselho, tem um padre chamado beneditinos, ele protege o índio de Águas Belas, de Palmeira dos Índios. Esse padre é muito bom... vocês se entendem com ele que ele dá mais uma proteção, conhece Cândido Rondon. Aí arranji uns dinheiro, o padre vai dá 500 mil réis. Esses homens saíram daqui no 1º de outubro de 1953 e chegaram no Rio de Janeiro no dia 1º de janeiro de 1954. Levaram três meses. Foram de pés. Passaram 90 dias de viagem.¹⁶

Com a viagem ao Rio de Janeiro além do reconhecimento oficial, os Xukuru do Ororubá conquistaram o direito à instalação de um Posto do SPI em suas terras. Um passo político decisivo diante das perseguições dos fazendeiros invasores do território indígena. O Posto foi instalado em fins de 1954 na Aldeia São José e a sua fundação ocorreu, a partir da mobilização dos índios. Se a instalação do Posto do SPI não lhes garantiu as terras, ao menos a assistência pelo órgão indigenista estatal, adquiriu um grande significado político: o reconhecimento oficial dos Xukuru do Ororubá que no futuro exigiram à demarcação definitiva do território.

A Fábrica Peixe e as demais indústrias instaladas em Pesqueira entraram em decadência em fins dos anos 1960 e acentuadamente na década seguinte, segundo estudos em consequência das mudanças econômicas onde os capitais passaram a ser investidos no Sudeste do país, em fábricas concorrentes. Ocorreu à desagregação do clã dos Britos, a venda da empresa a um grupo canadense e posteriormente a falência (CAVALCANTI, 1979).

Nas memórias orais os índios Xukuru do Ororubá citam os plantios existentes na Serra do Ororubá destinados à indústria de doces conservas, na época em que muitos indígenas sem terras trabalhavam nas fábricas em Pesqueira. O Pajé Xukuru discorreu

¹⁶Durval Ferreira Farias, 84 anos. Bairro “Xucurus”, Pesqueira/PE, maio de 1997



sobre a grande extensão de terras da Família Brito com plantios de tomate: “Tinham terra que nem o diabo! Aqui logo, começava logo aqui do [Bar do] ‘Papa’ (ponto comercial situado na entrada da atual terra indígena demarcada), vai a Lagoa e tudo ali em Santana. Por ali a fora tudo era deles, né? Sítio do Meio, eles tinham o que? Umas quinhentas quadras! Dava uns quinhentos quadra (SIC) lá em Sítio do Meio. Esse Sítio do Meio foi grilado. Foi tomado”.¹⁷

Alguns poucos indígenas herdaram dos seus antepassados pequenos pedaços de terras, insuficientes para o plantio da agricultura de consumo. E as pressões dos fazendeiros eram grandes, como relatou um entrevistado:

A terra que a gente tinha aqui era dez conta de terra. Era quinze braças por oitenta de altura. Quer dizer que nos papéis da escritura tinha dez conta de terra. A gente não tinha espaço pra nada, porque de um lado o fazendeiro, do outro o fazendeiro. A gente tava como um pão que a gente pega ele e abre no meio e coloca um pedaço de doce e faz sanduíche, a gente tava ali naquela tirinha imprensado e ele imprensando mais pra gente correr, conseguir correr dali e ele tomar conta.¹⁸

E muitos indígenas sem- terras trabalhavam para os fazendeiros:

A dificuldade era grande. Desde o meu tempo, eu caí no trabalho da agricultura com dez anos de idade! Porque o ramo dos meus pais, dos meus avós, tudo era trabalhar na agricultura. Mas não existia terra para trabalhar! Não existia terra para trabalho. Nós trabalhava arrendado com fazendeiro. Você botava meio hectare de terra ou um hectare. Fazia a broca, fazia a terra, plantava, quando a lavoura, quando nos plantava que nascia o fazendeiro já danava capim dentro! Nós trabalhava arrendado! Porque ali não desfrutava nada! Quando tava começando a desfrutar ele já botava o gado dentro! Pronto acabava com tudo, nós ficava sem nada.¹⁹

As memórias sobre as relações de trabalho na condição de moradores nas terras por anos em mãos dos fazendeiros foram relatadas ainda pelo entrevistado “Seu Juvêncio”, nascido e morador na Aldeia cana Brava,

Quem não tinha terra, morava de favor, morava com os brancos. Eles botava lá. Eles botava eles para morar, dava uma moradia a eles. Botava eles para morar e pra trabalhar eles direto! Trabalhar eles direto! Nunca teve futuro. Eu mesmo trabalhei muito para outros. Trabalhei muito alugado. Eu trabalhei de 1952 para cá, eu morei com o fazendeiro aqui Antônio Zumba, era o homem mais rico dessa região! O nome dele era Antônio Zumba. Só com ele eu trabalhei 32 anos!

¹⁷Pedro Rodrigues Bispo, “Seu Zequinha”, Pajé Xukuru, 74 anos. Bairro Portal, Pesqueira/PE em 29/03/2002.

¹⁸José Antonio Luiz da Paz, “Seu Dedé”, 48 anos. Aldeia Santana. Terra do Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE em 08/04/2004.

¹⁹Juvêncio Balbino da Silva, 76 anos. Aldeia Cana Brava. Terra Indígena Xukuru do Ororubá, Pesqueira/PE em 15/12/2005.



Foi nesse contexto de exploração e opressão que as Ligas Camponesas em Pesqueira organizada em Pesqueira teve a adesão e participação dos índios. Em 1959, a Liga Camponesa, “a 12 Km da cidade” - zona rural de Pesqueira - foi denunciada à Secretaria de Segurança Pública no Recife. A sede e a diretoria Liga localizava-se naquele lugar. O local era visitado por Francisco Julião, conhecido incentivador das Ligas Camponesas. A situação era do conhecimento da Inspetoria do SPI no Recife, que solicitou ao encarregado do Posto Indígena Xukuru apuração da denúncia de desvio do leite destinado à merenda escolar para a Liga, como constataria um oficial do serviço secreto do Exército (SILVA, 2010).

Com adesões em Brejinho, Lage Grande, Cana Brava e Caípe, locais de moradias de indígenas Xukuru do Ororubá, a Liga contava com mais de 400 integrantes, dirigidos por Gregório Bezerra, conhecido comunista posteriormente preso pela repressão do Golpe Militar em 1964. No relatório elaborado pelo investigador enviado sigilosamente a Pesqueira pela Inspetoria Regional do SPI sediada no Recife, foram citados Zacarias Pereira, Elói Pereira e Antonio Nascimento, conhecidas lideranças indígenas, como “ardorosos adeptos das Ligas Camponesas”.

O autor do referido relatório chamou a atenção que os índios envolvidos com a liderança da Liga eram moradores em Brejinho e Cana Brava. Para as autoridades, pelas condições de vida dos indígenas, que reconhecidamente não recebiam uma devida assistência governamental, eram as potenciais “vítimas” de ideologias perigosas à ordem social estabelecida. Mas, observando os relatos Xukuru do Ororubá sobre o envolvimento com a essa concepção é questionável. Os indígenas participaram ativamente na organização e nas mobilizações da Liga Camponesa na Serra do Ororubá e no centro de Pesqueira, como registrado nos documentos pesquisados e em entrevistas realizadas (SILVA, 2010).

Em fins de 1963, um enviado do Ministério da Agricultura a Pernambuco declarava que recebeu todo o apoio do Governador Miguel Arraes o do Delegado da Superintendência da Reforma Agrária/SUPRA em Pernambuco, para ir “in loco” a Pesqueira realizar a investigação sobre as invasões de terras da União por trabalhadores rurais. Em relatório o agrônomo informou sobre a agitação política “das massas rurais” e suas reivindicações. E a reação dos proprietários contrários aos trabalhadores sindicalizados acusando-os de subversivos que colocavam em perigo a ordem social. As insatisfações dos trabalhadores resultavam da falta de trabalho, pela recusa dos



proprietários de aceitá-los, mesmo como arrendatários, quando sindicalizados. Com a seca agravando mais ainda a situação.

Os trabalhadores rurais na condição de arrendatários e moradores eram expulsos, tendo inclusive as suas casas destelhadas. Afirmava ainda o agrônomo que os trabalhadores tinham invadido terras públicas, demonstrando assim propósitos pacíficos, nas expressões de respeito às autoridades do Governador do Estado e do Presidente da República como comprovara, sem razões por esse motivo para o medo dos proprietários de terras. O relatório embora em nenhum momento tenha citado os Xukuru do Ororubá é expressamente favorável aos indígenas, ao constatar que a ocupação ocorrera em terras públicas, seguindo reivindicações antigas e a partir da organização dos “trabalhadores rurais”. Estes reclamavam da falta de trabalho, pois os fazendeiros expulsavam os arrendatários e os sindicalizados (SILVA, 2010).

Apoiados pelas Ligas Camponesas, naquele mesmo ano os índios ocuparam a área da Pedra d’Água. Um indígena entrevistado relatou que esteve em Pedra D’Água, ocupada pela primeira vez pelos índios. Em uma área coberta de matas, e entre os ocupantes estavam os comunistas. A alegria diante das condições do acampamento deixou o entrevistado perplexo,

Foi a 1ª retomada! Agora que na época, tinha lá uma história assim, de dois martelos: um martelo vermelho e um martelo com... Eles cortavam a madeira, quando caía era aquela festa deles. Era tiros de bacamarte, de riú e eles todos fazendo aquela festa. As panelas debaixo dos paus. As cadeiras de carvão. Ficou como um bocado de ciganos! Eu só desassombrado!²⁰

A ocupação em Pedra D’Água foi uma ação da Liga Camponesa com a efetiva participação indígena em uma área de terras do antigo aldeamento de Cimbres, naquele momento em domínio da União, como expressou o entrevistado: “Foi essa Liga Camponesa. Foi começo da invasão, que invadiram lá a Pedra D’Água. Foi com a Liga Camponesa, isso mesmo. Diziam que ‘esse terreno daqui não é de governo mais não. Isso aqui é nosso! Isso é da gente!’”. O entrevistado citou ainda o motivo da ocupação: “Eles invadiram para trabalhar lá!” (SILVA, 2016).

Com o Golpe Militar de 1964, a repressão foi grande. Ocorreram prisões e a expulsão dos ocupantes, como afirmou o mesmo entrevistado: “Saíram correndo. Foi um pau, que não foi moleza! Dessa vez que eles vieram foi o Exército! Prendeu muita gente. Sofreu lá comunistas e homem que não era comunista”

²⁰José Alexandre dos Santos, “Zé de Alexandre”, 76 anos. Bairro Serrinha. Pesqueira/PE, em 14/12/2005.



Participante na retomada de Pedra D'Água, Cícero Pereira, pai do futuro Cacique "Xicão", morador em Cana Brava, onde havia ocorrido "uma reunião", foi acusado de subversivo e preso com outras pessoas da Serra do Ororubá e de Pesqueira,

Sabe por que eu já fui preso? Só porque eu fazia parte da, desse pessoal, dessas fera que manda nas usina, que tava a favor das terra. Fizeram reunião em Cana Brava ainda na casa de um pai, desse povo ai, depois dessa reunião. Retomada ai de Pedra D'Água, foi dessa retomada, que dessa época ai que eu fui preso. Eu, Manoel Pereira, Joaquim Neto e Alonso. Teve uma porção lá de Pesqueira foi tudo preso²¹

No final dos anos 1980 após a participação na campanha da Assembleia Nacional Constituinte, com a atuação marcante do Cacique "Xicão", os Xukuru do Ororubá retomaram as mobilizações por seus direitos.

Mata na Aldeia Pedra d'Água
(Fotografia: Carol Nascimento, 2007)



Na Mata da Pedra d'Água existe um cemitério, lugar de peregrinação e devoção dos índios, pois no local estão "plantados" o Cacique "Xicão" e indígenas, "guerreiros e guerreiras" do Ororubá, mortos e matados que participaram das mobilizações Xukuru do Ororubá pela conquista dos direitos e especificamente a demarcação territorial. Como afirmar os indígenas: "foram plantados prá que deles nasçam novos guerreiros".

²¹Cícero Pereira. Entrevista citada.



Em novembro de 1990, os indígenas reocuparam a área da Pedra d'Água que se encontrava nas mãos de 15 posseiros não-índios. Afirmavam os índios que a Pedra d'Água era um local de rituais indígenas sagrados e estava sendo desmatada por posseiros arrendatários da área, sob domínio da Prefeitura de Pesqueira. A reocupação de Pedra d'Água, onde o Cacique “Xicão” e outros indígenas passaram a morar, foi um marco na organização e mobilização contemporânea Xukuru do Ororubá, que retomaram em seguida outras áreas, em mãos de fazendeiros (SILVA, 2016).

Motivados pelas conquistas na Constituição de 1988 e contando com o apoio de outros povos indígenas no Nordeste e de setores da sociedade civil, reocuparam áreas de várias fazendas até então nas mãos de posseiros. O acirramento dos conflitos entre os “Xucurus” e fazendeiros que eram posseiros nas terras então reivindicadas pelos indígenas, entre os fins dos anos 1980 e meados dos anos 1990, foi motivo de extensas reportagens publicadas do Recife e do Sudeste. Enquanto os fazendeiros negavam a presença de índios “puros” ou a ocorrência dos conflitos, os Xukuru do Ororubá denunciavam as violências, a miséria e a fome em razão de terem suas terras invadidas por grandes criadores de gado (SILVA, 2017).

Para impedir as mobilizações indígenas a mando dos fazendeiros o Cacique “Xicão” foi assassinado por um pistoleiro em 1998, e posteriormente, outras lideranças do povo Xukuru do Ororubá. Todavia, organizados e com o apoio da sociedade civil, os indígenas pressionaram as autoridades públicas para a demarcação do território indígena, ocorrida em maio de 2001.

Considerações finais

Nesse texto foram retomadas reflexões anteriormente publicadas. Apresentamos uma abordagem ampla da trajetória dos Xukuru do Ororubá, evidenciando os conflitos provocadas pelas invasões das terras do antigo aldeamento de Cimbres e as mobilizações indígenas para o reconhecimento e garantia do território habitado. Após a conquista da terra demarcada, os indígenas iniciaram cultivos agroecológicos com resultados exitosos, garantido a recuperação do solo, o vicejar de matas com o retorno da fauna até então desaparecida e a vida indígena com dignidade no Semiárido pernambucano. Famílias Xukuru do Ororubá, na região da Serra a área com maior



umidade e fontes de água por mais tempo, mesmo em longos períodos de estiagens, vêm realizando o plantio orgânico de frutas, legumes e verduras, postos à venda semanalmente e disputados pelos consumidores não indígenas nas feiras livres das cidades de Pesqueira e Arcoverde.

Anualmente os Xukuru do Ororubá realizam uma assembleia para discutir temas relacionados a situação sociopolítica e planejar ações a serem implementadas até o ano seguinte. Após a assembleia, no dia 20 de maio à tarde, fazem uma caminhada do território indígena na Serra do Ororubá até o Bairro “Xucurus” na área urbana de Pesqueira, para um ato público em memória do Cacique “Xicão”. No evento líderes indígenas também de outros povos, aliados e parceiros das mobilizações dos índios discursam rememorando a importância da atuação do Cacique “Xicão”, reafirmando a solidariedade e o apoio irrestrito as reivindicações dos Xukuru do Ororubá.

A 19ª Assembleia Xukuru do Ororubá foi realizada nos dias 17 a 19 de maio de 2019 no Espaço Mandarú (nome do Encantado “Xicão”), na Aldeia Pedra d’Água, na Serra do Ororubá, reunindo cerca de 2.300 participantes entre indígenas das diversas aldeias e organizações Xukuru do Ororubá, indígenas habitando a área urbana de Pesqueira, “parentes” dos povos indígenas em Pernambuco e em outras regiões do país como os Kapinawá, Kambiwá, Pankararu, Entre-Serras Pankararu, Truká, Fulni-ô, Atikum, Pankará, Potiguara (PB), Kariri-Xokó (AL), Wassú Cocal (AL), Karapotó-Terra Nova (AL), Tuxá (BA), Tabajara (PB), Pitaguary (CE), Guajajara (MA), Baré (AM), Xakriabá (MG), Munduruku (MT), Terena (MS).

Além de pesquisadores, professores e estudantes universitários, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pesqueira, de ONGs e diversas organizações da sociedade civil, de partidos políticos que apoiam os indígenas, membros de vários de órgãos públicos municipal, estadual e federal que discutiram a Reforma Trabalhista, a proposta de Reforma da Previdência Social, o desmonte da política indigenista nas áreas da Saúde, Educação e a demarcação das terras indígenas no Governo Bolsonaro, a análise de conjuntura das mobilizações dos povos indígenas no enfrentamento a estas questões e os crimes ambientais nas terras indígenas em todo o país, especificamente os ocorridos nos municípios de Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais.

Na Carta Final da 19ª Assembleia Xukuru do Ororubá, os indígenas concluíram afirmando que: “Finalizamos mais uma assembleia com a convicção de que a vida é meio ambiente, é social, é saúde, é educação, é direito, é diversidade. A vida é



ancestralidade, é cultura, é religiosidade. A vida é povo, é território, são costumes e sendo assim precisam ser respeitados, vividos, intensos e comemorados. A vida é luta, é encantamento, é resistência, é resiliência, é CORAGEM! O Povo Xukuru fortalecido, em defesa da VIDA, renova seu compromisso na construção de uma sociedade justa, fraterna e plural”.

A história dos Xukuru do Ororubá é, portanto, pautada por mobilizações pela afirmação, conquista e garantias de direitos no diferentes cenários sociopolíticos, em diversos contextos sociohistóricos onde assumem o protagonismo enquanto um povo indígena no Agreste/Semiárido pernambucano. Sendo muito necessário refletir sobre essa trajetória histórica para compreendermos as reivindicações indígenas na atualidade.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Eliene A. de. (Org.). **Xukuru, filhos da mãe Natureza**: uma história de resistência e luta. 2. ed. Olinda: CCLF/Pesqueira Prefeitura Municipal, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 6ª ed. Recife, Edufpe, 1998.

BARBALHO, Nelson. **Caboclos do Urubá**: caminhos e personalidades da história de Pesqueira. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1977.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Nova delimitação do Semiárido brasileiro**. Brasília, DF, 2005.

CAVALCANTI, Célia Maria de Lira. **Acumulação de capital e a industrialização em Pesqueira (Pernambuco)**. Recife: UFPE, 1979 (Mestrado em Economia/PIMES).

CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

LIRA, Denise Batista de. **Os Xukuru e o Ipojuca: ambiente, memórias e História**. Recife, UFPE, 2013 (Dissertação Mestrado em História).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. **Diccionario Chorographico, histórico e estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro, 1908.



HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário topográfico, estatístico e histórico de Pernambuco**. 2ª ed. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

LEAL, Caroline; ANDRADE, Lara E. (Orgs.). **Guerreiras: a força da mulher indígena**. Olinda/PE, Centro Luiz Freire, 2013.

MAPAS DO TERRITÓRIO XUKURU DO ORORUBÁ. Projeto de Capacitação e Assessoria Técnica/PCAT-Xukuru, 2007.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Igreja e dominação no Brasil escravista: o caso dos Oratorianos de Pernambuco (1659-1830)**. João Pessoa, Ideia, 1993.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes**. Recife, SUDENE, 1980.

MELLO, José A. G. de. Três roteiros de penetração no território pernambucano (1738 e 1802). In: **Da Inquisição ao Império**. Recife, Edufpe, 2004, p. 87-113.

NEVES, Rita de Cássia M. **Festas e mitos: identidades na Vila de Cimbres-PE**. Recife: UFPE, 1999 (Dissertação Mestrado em Antropologia).

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.). **A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória**. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, J. P. de. (Org.) **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2004, p. 13-38.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de. **Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste**. Recife: Fundaj, 2013.

PÔRTO, Kátia C.; CABRAL, Jaime J. P; TABARELLI, Marcelo. (Orgs.) **Brejos de Altitudes em Pernambuco e na Paraíba: História Natural, Ecologia e conservação**. Brasília, MMA, 2004.

PROENÇA, André Luiz. **Onde viviam aqueles que aqui passaram?** Proposta interpretativa para as ocupações pré-coloniais no Agreste Pernambucano. Recife, UFPE, 2008 (Dissertação Mestrado em Arqueologia).



SETTE, Hilton. **Pesqueira**: aspectos de sua Geografia Urbana e de suas interrelações regionais. Tese de concurso para provimento efetivo da cadeira de Geografia do Brasil do Colégio Estadual de Pernambuco. Recife, 1956.

SILVA, Edson; OLIVEIRA, Edivania G. S.; SANTOS JUNIOR, Carlos F. Os povos indígenas no "Sertão verde": mobilizações, conflitos e afirmações identitárias no Semiárido pernambucano. In: **O encolhimento das águas**: o que se vê e o que se diz sobre crise hídrica e convivência no Semiárido. Campina Grande/PB: INSA, 2018, p. 129-149.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988**. 2ª. ed. Recife, EDUFPE, 2017.

SILVA, Edson. Povos indígenas e Ditadura Civil-Militar no Brasil: reflexões para um debate a partir das experiências dos Xukuru do Ororubá/PE. In: TOSI, Guiseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. (Orgs.). **Ditaduras militares, estado de exceção e resistência democrática na América latina**. João Pessoa/PB: CCTA/UFPB, 2016, p. 77-106.

SILVA, Edson. Os índios Xukuru e as Ligas Camponesas (Pesqueira-PE, 1961). In: **Revista Crítica Histórica** ano I, nº 2, dezembro/2010, p. 101-114.

SILVA, Edson. Os povos indígenas e o Agreste: os Xukuru do Ororubá. In, GUILLEN, Isabel C. M.; GRILLO, M. Angela de F. (Orgs.). **Cultura, cidadania e violência**: VII Encontro Estadual de História da ANPUH Pernambuco. Recife, Editora Universitária da UFPE, 2009a, p.115-137.

SILVA, E. Os Xukuru e o "sul": migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. In: *Clio Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, UFPE, v. 26.2, p. 215-244, 2009.

SILVA, Edson. História, memórias e identidade entre os Xukuru do Ororubá. In: **Tellus**. Campo Grande, UCDB, v. 7, p. 89-103, 2007.

SILVA, Edson H. **O lugar do índio**. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no Século XIX: o caso de Escada-PE (1860-1880). Recife, UFPE, 1995 (Dissertação Mestrado em História).

SOBRINHO, Vasconcelos. **As regiões naturais do Nordeste, o meio e a civilização**. Recife, Condepe, 2005.

SOUZA, Vânia Fialho de P. e. **As fronteiras do ser Xukuru**. Recife: Massangana, 1998.



TEIXEIRA, Mylene Nogueira. O sertão semiárido: uma relação de sociedade e natureza numa dinâmica de organização social do espaço. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31 n. 3, setembro/dezembro 2016, p.769-797.

WILSON, Luís. **Ararobá lendária e eterna**: notas para a história de Pesqueira. Pesqueira: Prefeitura Municipal de Pesqueira, 1980.

Sobre os autores

Edson Silva

É Professor Titular de História da UFPE. Doutor em História Social pela UNICAMP. Leciona no Centro de Educação/Col. de Aplicação-UFPE. Professor no Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTORIA/UFPE e no Programa de Pós-Graduação em História na UFRPE. E-mail: edson.edsilva14@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>.

Isabela Paes

É bacharel em Direito pela UFPE e colaboradora do projeto Acesso ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (aSIDH - UFPE). E-mail: isabela.paes@ufpe.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2262-4108>.

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo

